
CHARLOTTESVILLE - As estátuas como estruturas de memória e poder¹

Lívia de ANDRADE²

Raissa LOPES³

Mônica C. P. SOUSA⁴

Universidade Veiga de Almeida, Cabo Frio, RJ

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a matéria *Statues are not the issue. These are 'history wars', a battle over the past* escrita por David Olusoga (2017) para o *The Guardian* em agosto de 2017. Classificado na editoria de opinião, o material proposto por Olusoga (2017) desenvolve uma reflexão sobre a marcha que aconteceu em Charlottesville, nos Estados Unidos. O movimento em prol da permanência de estátuas tidas como relevantes para a história local e o conceito da “supremacia branca” são apresentados no texto de maneira que esses conceitos são questionados. Portanto, este trabalho pretende estudar como as estátuas estão vinculadas à identidade local e assim perpetuam o poder da memória dominante. Para isso, autores como Stuart Hall, Michel Foucault, Eni Orlandi e Michael Pollak são apresentados ao longo do projeto.

PALAVRAS-CHAVE: jornalismo; memória; símbolo; poder; política.

INTRODUÇÃO

No dia 11 de agosto de 2017, as ruas de Charlottesville foram ocupadas por manifestantes que protestavam em prol da supremacia branca. Um ato de maior proporção foi marcado para o dia seguinte intitulado “*Unite The Right*”. Eles se reuniram ao redor da Universidade da Virgínia, com a finalidade de se posicionarem contra a remoção da estátua de Robert E. Lee, um general da Confederação durante a guerra civil norte-americana. Homens e mulheres levavam consigo bandeiras dos confederados e tochas, além de gritar palavras de ordem contra negros, imigrantes, homossexuais e judeus.

Na mesma noite, estudantes negros da universidade e jovens antifascistas seguravam diversos cartazes com frases contra o movimento. A intenção era de realizar uma barreira para impedir a chegada da grande quantidade de supremacistas brancos à parada final da marcha: a

¹ Trabalho escrito com a finalidade de atuar como a primeira avaliação na disciplina Tópico Especial em Teorias Contemporâneas da Comunicação.

² Estudante de Graduação. 7º semestre do Curso de Jornalismo da UVA (2017), e-mail: liviaandradexx@gmail.com.

³ Estudante de Graduação. 7º semestre do Curso de Jornalismo da UVA (2017), e-mail: railop93@gmail.com.

⁴ Orientador do trabalho. Pós-doutoranda em Comunicação (Uerj), doutora em Comunicação pela (UFF), docente da Universidade Veiga de Almeida, monica.cpsousa@gmail.com

estátua de Thomas Jefferson, terceiro presidente americano. Após um intenso confronto entre os dois grupos, sem suporte ou proteção da polícia, os jovens contra a manifestação foram contidos enquanto o grupo fascista seguiu entoando gritos de ódio.

A medida de retirar a estátua não foi um caso isolado, visto que diversas cidades do país começaram a remover homenagens feitas aos militares confederados. Durante a guerra, eles buscaram a independência do norte para impedir a abolição da escravatura. O conflito, também conhecido como Guerra de Secessão, aconteceu entre 1861 e 1865, quando quatro milhões de negros, sendo em torno de 500 mil livres, viviam no sul do país. Segundo a Deutsche Welle (2017), uma empresa de comunicação internacional, a estrutura agrária da época era utilizada como argumento para abordar a necessidade da escravidão na região. Em 1808, o Congresso vetou oficialmente a importação de escravos. Com isso, as divergências entre o Norte industrializado e o Sul agrícola apenas se agravaram, o que resultou em uma guerra civil. Apesar da escravidão ser considerada o estopim, as causas foram um compilado de fatores político-culturais e socioeconômicos.

No início do confronto, o Norte buscou pela união da nação e não pela abolição da escravatura, inclusive, de acordo com a Deutsche Welle (2017), o presidente Abraham Lincoln disse que se pudesse salvar o país sem libertar um único escravo, ele o faria. Ao se dar conta de que os nortistas não alcançavam vitórias concretas, Lincoln cedeu às reivindicações dos republicanos radicais e transformou a guerra contra os “Estados rebeldes” em uma luta contra a escravidão. Os Estados do Norte somaram ao ato de emancipação de 1863 uma reestruturação do sistema social sulista. Os negros foram recrutados pelo exército do norte, mas a proclamação de Lincoln não significou, de fato, uma abolição institucional da escravatura. Cerca de quatro milhões de negros precisaram esperar até o final de 1865, quando o Congresso proibiu terminantemente a escravidão dos Estados Unidos por meio da 13ª Emenda Constitucional.

Segundo o artigo suplementar 14, da Constituição americana, os negros adquiriram direitos iguais aos brancos em 1868, quando o artigo 15 garantiu ao povo a igualdade de direito eleitoral. Os Estados como Mississippi, Louisiana e Carolina do Sul, no entanto, organizaram uma maneira efetiva de burlar os direitos dos escravos libertados, com restrições legais, conhecidas como *black codes*, termo que em português brasileiro seria traduzido como código negro. A Deutsche Welle (2017) afirma que até os dias atuais, alguns estados e

municípios americanos ainda encontram meios de restringir os direitos dos negros, como por exemplo, vinculam o direito ao voto à complicadas provas de renda mínima.

Martin Luther King 3º (2017), filho do líder negro, explica que atualmente existe a liberdade de opinião, de imprensa e da religião, todavia, algumas outras liberdades ainda são ausentes. Ele ressalta a falta da presença negra nos altos escalões empresariais, o que reforça a dominação branca. O que mantém os Estados Unidos, na visão dele, uma nação distante do ideal.

Sendo assim a Declaração de Emancipação de Lincoln não conseguiu, realmente, dar total liberdade aos membros da raça negra, assim como não impediu a violência contra os negros. A agência Deutsche Welle (2017) constata que até mesmo motivou a criação de sociedades secretas, tais como a Ku Klux Klan, com o objetivo de manter a hegemonia branca no Sul da nação. É válido lembrar que apenas em 1967 foram anuladas as últimas leis referentes à proibição de casamentos mistos.

O breve resgate histórico foi feito como uma forma de contextualizar e fundamentar a base na qual o artigo pretende discorrer. As estátuas que planejavam ser demolidas marcam um período sombrio na história da humanidade, ao mesmo tempo em que reforçam esse momento. Além de vinculadas à identidade local, elas, de acordo com a matéria selecionada, preservam o poder e o discurso da memória oficial. Na obra “Memória, Esquecimento, Silêncio” (1989), Pollak discorre sobre o caráter destruidor e opressor da memória dominante, que neste caso, é reforçado por estátuas.

A BATALHA SOBRE O PASSADO

Olusoga (2017) inicia a matéria a partir das próprias memórias. O historiador cresceu em Newcastle na Inglaterra, depois de ter emigrado da Nigéria. Ele afirma ao longo do texto, que quando adolescente fazia parte de um grupo com jovens e dentro dele tinham os próprios meios de se divertirem. Um deles era colocar cones de trânsito nas cabeças das estátuas da cidade, com o objetivo de que parecessem bobas. Além de caracterizá-las com chapéus de cone de trânsito conforme o habitual, também equilibravam garrafas vazias de cerveja nas mãos estendidas das estátuas. Ele afirma que não tinha problemas com nenhuma das estátuas, somente gostava de fazer com que os memoriais tivessem a aparência absurda. Olusoga

(2017) chama a atitude de desrespeito juvenil, mas a intenção era de divertimento entre os seus. No entanto, as estátuas adquiriram um significado diferente nos dias atuais, elas deixaram de serem engraçadas como no passado.

O autor começa a discorrer sobre o assunto ao dizer que durante as manifestações em Charlottesville, uma cidade no interior do estado da Virgínia (EUA), uma mulher morreu enquanto protestava contra os supremacistas brancos, que escolheram a estátua do general confederado Robert E. Lee como ponto de referência para o movimento. Olusoga (2017) conta que nos Estados Unidos e no Reino Unido, diversos monumentos que há alguns anos poucas pessoas prestavam atenção, assim como ele, estão em processo de demolição. Mais de trinta cidades dos EUA estão removendo memoriais que remetem à Confederação do período da Guerra Civil, ou até mesmo já o fizeram.

Toda e qualquer remoção legal é acompanhada por uma equipe policial destinada a prevenir qualquer tipo de violência. Inclusive, o historiador conta que também na Grã-Bretanha uma séria violência foi evitada, contudo, os temperamentos dos envolvidos se desgastaram. Com isso, os destinos das estátuas de Cecil Rhodes e Edward Colston, ambos britânicos, foram questionados a partir de visões distintas. Enquanto o nome de Rhodes é relacionado à fortes acusações de genocídio de negros africanos, Colston foi um comerciante de escravos de Bristol.

Um dos pontos que Olusoga (2017) propõe é de que pouco dessas discussões são realmente sobre estátuas, na própria materialidade. Apesar de serem o foco, não são a questão. O escritor aborda então o posicionamento de Donald Trump que se mostrou interessado em falar sobre, assim como demonstrou a recusa, nas palavras de Olusoga (2017), em denunciar os neonazis. A partir das análises do historiador este acontecimento e as consequências dele é uma batalha de ideias que não começou no dia 11 de agosto de 2017, muito pelo contrário. Ele acredita que é um novo capítulo do que os australianos chamam de “guerra da história”⁵, termo aplicado às lutas políticas nas quais as versões até então incontestáveis do passado são expostas e desafiadas.

Pollak (1989) tem um pensamento semelhante aos australianos em determinados aspectos. O teórico avalia a memória coletiva como coercitiva e a divide em duas categorias:

⁵ A “guerra da história” é um termo que surgiu a partir de debates que ocorreram na Austrália. De acordo com uma reportagem da ABC (2009), essa expressão se refere às lutas políticas que aconteceram no país sobre, principalmente, a questão indígena, quando as versões até então incontestáveis do passado australiano passaram a serem expostas e desafiadas.

a memória oficial e a memória subterrânea. Ele esclarece que a memória oficial atua de modo agressivo ao desenvolver passados homogêneos para a sociedade, o que, conseqüentemente, silencia histórias e pensamentos diferenciados. Ao mesmo passo, a memória subterrânea ao priorizar as culturas minoritárias e dominadas, entra em conflito ao se opor à memória oficial, visto que contesta as versões tradicionais das histórias. As memórias subterrâneas retratam pontos de vistas que por várias vezes foram omitidos e portanto, esquecidos.

Olusoga (2017) destaca que assim como as estátuas, nomes de ruas, escolas e outras diversas instituições também se tornaram meios pelos quais determinadas visões do passado receberam solidez e reconhecimento oficial, pois se tornaram objetos físicos em um conflito que na realidade é de outra maneira, não tão tangível. Um confronto no campo histórico e de ideologias. Ele ressalta que a grande mentira acerca do tema é de que os defensores da permanência das estátuas estão lutando pela verdade, ao passo de que aqueles que querem vê-las sendo derrubadas ou até mesmo contextualizadas desejam derrubar os grandes homens do passado e desintegrar histórias nacionais. Portanto, como resultado, o historiador salienta que algo positivo pode ser extraído dessa questão, porque à medida em que as novas “guerras da história” se desenrolam. Ao defender a permanência das estátuas, os supremacistas brancos permitem, mesmo que acidentalmente, que as histórias antes silenciadas sejam reveladas.

Figura 1 — Membros de apoio ao Ku Klux Klan protestam próximos à estátua de Thomas J. “Stonewall” Jackson, em Charlottesville.



Fonte: Fotografia por Pat Jarrett para o The Guardian (2017).

O que o historiador David Olusoga (2017) tenta explicar ao leitor, é que a medida em que as manifestações ganham repercussão midiáticas, as histórias por trás das estátuas se tornam mais conhecidas. Ele comenta que esses monumentos pouco tem a ver com a Guerra Civil Americana, e sim com o racismo. Olusoga (2017) prossegue com sua linha de raciocínio ao esclarecer que aqueles, os supremacistas, que lutam na batalha sobre o passado têm ao seu favor o fato de que a maioria das pessoas, por razões que ele julga compreensíveis, têm uma oposição quase instintiva à remoção das estátuas.

Segundo Olusoga (2017), os seres humanos são inclinados contra a ideia de que as antiguidades de qualquer natureza sejam derrubadas ou removidas. As pedras, as construções do passado se tornaram quase que fetichizadas. Nas palavras dele, as pessoas são tomadas por um sentimento de raiva quando alguns ganham permissão para demolir edifícios vitorianos, ou se entristecem quando o fogo e inundações reivindicam uma construção que possui lembranças do passado. Ainda mais chocante é a destruição de partes do antigo Palmyra pelos membros do Isis, por exemplo. As pessoas são apegadas ao passado, o que Olusoga (2017) considera, até certo nível, natural.

A visão de Bauman (2003) pode ser consideravelmente interessante acerca das motivações dos supremacistas brancos. Em uma entrevista, o autor comenta sobre as manifestações contra os imigrantes que ocorriam na Europa. “Vistos como “o inimigo próximo, eles são apontados como os culpados pelas frustrações da sociedade, como aqueles que põem obstáculo aos projetos de vida dos demais cidadãos”. Na obra *Modernidade Líquida* (1999) o estudioso conta que esse comportamento pode ser justificado como reflexo da modernidade. Ele explica que o impulso modernizante, em qualquer uma de suas formas, significa a crítica compulsiva da realidade, a privatização desse impulso expressa a compulsiva autocrítica, sentimento nascido da desafeição eterna. Para Bauman (1999), ser um indivíduo de jure, ou seja, de direito, de lei, quer dizer que não tem ninguém a quem culpar pela própria miséria em que vive. Significa também não procurar as causas das próprias derrotas senão, talvez, na própria indolência e preguiça. Não procurar outro remédio senão tentar com mais afinco. Ele continua ao falar que viver todos os dias com o risco do autodesprezo e da auto-reprovação não é uma tarefa fácil. Com todos atentos em seu próprio

desempenho, os indivíduos são naturalmente tentados a diminuir a complexidade de sua situação com a finalidade de tornarem as causas do sofrimento acessíveis e portanto, tratáveis.

Há, então, demanda por cabides individuais onde os indivíduos atemorizados possam pendurar coletiva, ainda que brevemente, seus temores individuais. Nosso tempo é propício aos bodes expiatórios — sejam eles políticos que fazem de suas vidas privadas uma confusão, criminosos que se esgueiram nas ruas e nos bairros perigosos ou “estrangeiros entre nós” (BAUMAN, 1999, p. 30).

Olusoga (2017) dialoga com a visão de Bauman ao apresentar outra opinião. Para ele, apesar disso, a sociedade está se tornando mais sofisticada ao entender que nem todos os monumentos foram criados iguais e que alguns deles, inclusive, foram erguidos por razões que ele acredita serem cínicas. Não apenas isso, como também pouco têm a ver com história ou patrimônio. Na visão dele, a história é um processo e não uma posição, não é melhor escrita em bronze e mármore. A história é complexa e está sempre em transformação, coisa que as estátuas heróicas não são. Olusoga (2017) defende que os historiadores passam os dias envolvidos na tarefa interminável de remodelar e expandir a visão das pessoas sobre o passado, enquanto as estátuas são fixas e inflexíveis. Seja o que for que a sociedade decidir fazer sobre elas, é necessário, nas palavras dele, aceitar que as estátuas não são sistemas de entrega para a compreensão pública acerca da história, e sim que algumas delas foram criadas principalmente para silenciar vozes marginalizadas em vez de comemorar eventos passados.

A MEMÓRIA, O PODER E O SILÊNCIO

A questão acerca da marcha em Charlottesville e dos defensores supremacistas pode ser compreendida não pelo fator histórico das estátuas, mas sim por sua simbologia e sentido. Olusoga (2017) utiliza como exemplo a estátua de Edward Colston, que possuía um papel fundamental no comércio britânico de escravos, mas que só teve sua verdadeira história amoral de vida reconhecida e espalhada pelos meios de comunicação quando os defensores supremacistas passaram a protestar pesadamente na tentativa de destacar e frisar sua filantropia. Ao utilizar esse exemplo, Olusoga (2017) quer deixar claro o verdadeiro papel de Edward Colston dentro da história e, conseqüentemente, inicia o processo de compreensão do real sentido das estátuas.

De acordo com Stuart Hall (2016), o significado não é criado nem está no objeto em si, mas na verdade, em quem está fixando o tal sentido de forma tão perseverante. Ao fazer isso por tanto tempo, o sentido acaba aparentando como algo inevitável e, até mesmo, natural. Em outras palavras, ao tentar mudar o foco do papel de Edward Colston, os defensores supremacistas acabaram por destacar de fato o verdadeiro significado tanto do homem quanto da estátua. Hall (2016) ainda explica que o sentido é construído através do processo de representação, ou seja, uma imagem e simbologia é fixada pelos códigos de linguagem e conceituais. No entanto, o sentido aqui criado para as estátuas vai além de um simples significado como, por exemplo, de “árvore”.

O poder, ao que parece, tem que ser entendido aqui não apenas em termos de exploração econômica e coerção física, mas também em termos simbólicos ou culturais mais amplos, incluindo o poder de representar alguém ou alguma coisa de certa maneira - dentro de um determinado “regime de representação”. Ele inclui o exercício do poder simbólico através das práticas representacionais e a estereotipagem é um elemento-chave deste exercício de violência simbólica (HALL, 2016, p. 193).

Segundo Olusoga (2017), ao serem adotadas como emblema pelos supremacistas brancos tanto para suas manifestações quanto para ponto de encontro, as estátuas estão cumprindo o seu verdadeiro papel. O autor explica que as estátuas foram pagas e construídas por grupos sulistas com a intenção de reforçar a supremacia branca, além de criar uma versão romantizada e distorcida da guerra civil e suas causas. Desse modo, é possível compreender o uso do poder na criação do sentido em relação às estátuas, já que ergue-las em cidades como Charlottesville, é uma prática que Hall (2016) determina como um dos elementos-chave do processo de violência simbólica. Fica, então, clara a intenção de fortalecer não o papel de cada pessoa representada ou a história, mas de fato exercer o poder simbólico do discurso elaborado pelos supremacistas brancos: o racismo.

Durante o texto, Olusoga (2017) questiona sobre a motivação por trás das construções dos monumentos relacionados à Confederação. Além de pergunta, ele faz uma comparação para ilustrar o que realmente estava por trás das construções: o racismo. Para isso, o autor precisou de um parágrafo e três perguntas:

If the motivation to build monuments to the Confederacy had really been about southern heritage, why did it take 80 years for the programme of memorialisation to get properly started? If history was the driver, surely the south would also be full of monuments dedicated to the slave system that made it the richest place on earth in the late 1850s? If this was about history rather than racism, why is it that the only Confederate general not to have been honoured with such a statue is General Judah Philip Benjamin, the only significant Jewish figure to have emerged from the Confederacy?⁶ (OLUSOGA, 2017).

Em seguida, Olusoga (2017) pontua as localizações dos monumentos. Quatro estátuas confederadas que, até alguns meses, se encontravam em Baltimore. De acordo com o autor, a cidade nunca fez parte da Confederação e inclusive, os afro-americanos representam 64% da população. Nas palavras dele, a intenção dos monumentos presentes ali não eram de defender a herança sulista e sim, de afirmar o poder sobre os americanos negros. O fato de Donald Trump, atual presidente dos Estados Unidos, ter regurgitado diante da situação deve deixar isso claro.

Figura 2 — Monumento dedicado à Confederação sendo removido em Baltimore (USA).



Fonte: DDP USA/REX/Shutterstock/ddp USA/REX/Shutterstock

⁶ Tradução livre das autoras: Se a motivação para construir monumentos para a Confederação realmente tivesse sido sobre a herança sulista, por que demorou 80 anos para que o programa de memorialização tenha sido devidamente iniciado? Se a história fosse o condutor, certamente o sul também estaria cheio de monumentos dedicados ao sistema escravo que o tornava o lugar mais rico da Terra no final da década de 1850? Se isso fosse é sobre história, e não sobre racismo, por que o único general confederado a não ter sido honrado com uma estátua é o general Judah Philip Benjamin, a única figura judaica significativa que emergiu durante a Confederação?

Mais uma vez nesta matéria é possível identificar os conceitos de memória oficial e subterrânea defendidos por Pollak (1989). Os monumentos buscavam reassegurar a memória oficial dominante e também de silenciar o grupo já reprimido historicamente, ou seja, os negros. É interessante comparar que as estátuas que por muitos anos reafirmaram o poder sobre os negros, atualmente estão sendo questionadas e algumas destruídas. Pollak (1989) diz que durante anos de lembranças traumatizantes, essas mesmas memórias esperam o momento certo para serem expressas. A respeito dessa doutrinação ideológica, as lembranças confinadas ao silêncio durante tanto tempo, foram transmitidas de de uma geração para outra. Assim, Orlandi (2007) discorre sobre dois tipos de silêncio: a política do silêncio e o silêncio fundador.

Enquanto a política do silêncio estabelece um recorte entre o que se diz e o que não se diz, o silêncio fundador não possui nenhum tipo de divisão, ou seja, ele significa por si só. Orlandi (2007) analisa que a relação entre o dito e o não-dito pode ser compreendida no âmbito sócio-cultural, mais especificamente em relação ao “poder-dizer”. Logo, a questão do silêncio fundador é possível ser compreendida por meio da historicidade discursiva da construção do poder-dizer, que é reafirmado pelo discurso dominante. Segundo Foucault (1996), o discurso atua em todas as sociedades. Ele é controlado, organizado, selecionado e redistribuído, com o objetivo de dominar todo e qualquer acontecimento.

Conforme Olusoga (2017), à medida em que as histórias ocultas por trás das estátuas se tornam mais conhecidas, o mito de que os monumentos são sobre herança histórica está começando a entrar em colapso. Ele destaca que as estátuas têm uma história pouco relacionada com a guerra civil e tudo a ver com o racismo. Ao defendê-las, a história por trás do mito vem sido contada nas primeiras páginas. O historiador acredita que esse “não era o plano do jogo”.

Pollak (1989) explica que o duradouro silêncio sobre o passado é a resistência que uma sociedade civil, até então impotente, opõe à abundância de discursos oficiais. Ainda assim, as lembranças aguardam pelo momento certo de serem ditas em voz alta novamente. Quando isso acontece, no momento em que a memória subterrânea consegue ressurgir à luz da sociedade, esse sopro de liberdade crítica desperta traumas intensamente ancorados que ganharam formato em um movimento popular.

CONCLUSÃO

As manifestações e marchas de supremacistas brancos que irromperam após a retirada de diversas estátuas que remetem à Confederação do período da Guerra Civil norte americana, além das estátuas de britânicos com envolvimento violentos contra negros em períodos passados, tomaram tamanha proporção que tornaram-se pautas de diversas coberturas e análises, como a matéria escrita por Olusoga (2017). No entanto, o foco principal do autor não foram realmente as marchas, mas sim o verdadeiro significado da simbologia por trás das estátuas. Dessa forma, ao longo da reportagem, foi possível descobrir novos significados por trás das construções e permanências das estátuas, como por exemplo, o racismo.

Para fundamentar o próprio texto, Olusoga (2017) utilizou elementos históricos e discursivos. Ele inicia a matéria lembrando as próprias experiências quando mais novo, até realmente abordar a questão do significado por trás dos monumentos. O autor utiliza as ideias defendidas pelos supremacistas para, paradoxalmente, desconstruí-las. A questão não está restrita à lembrança histórica, embora muitos de fato pensem assim, desde o momento em que se iniciou as construções, o significado já era outro: de reafirmar a superioridade de caucasianos sobre os afro-americanos. Para comprovar sua visão, Olusoga (2017) realiza um resgate histórico e pergunta o motivo pelo qual o único general confederado a não ter sido honrado com uma estátua é o general Judah Philip Benjamin, a única figura judaica significativa que emergiu durante a Confederação. Ou talvez, a razão pela qual quatro estátuas confederadas estavam presentes em Baltimore, uma cidade em nunca fez parte da Confederação e que também, os afro-americanos representam 64% da população. Segundo Olusoga (2017), o ponto central da discussão não é a herança histórica. É o racismo mascarado de representatividade histórica.

É possível notar, com a ajuda das informações disponibilizadas por Olusoga (2017), que a construção das estátuas e os locais escolhidos para serem expostas foi um método de realizar uma autoafirmação dos grupos supremacistas brancos em diversos territórios, principalmente nos que não possuíam controle ou poder. A forma silenciosa de expor o poder e fortalecer aqueles que concordam com a mesma linha de pensamento perdurou por anos. Como o autor mesmo menciona na matéria, as estátuas por um longo tempo mesclaram-se com o cenário urbano e colocadas no status de monumentos históricos.

Hall (2016) acredita que o poder não é algo pensado apenas na questão de um mero grupo que possua todo o poder reunido em suas mãos e o irradie para baixo, a um outro grupo subordinado. Como se o uso de dominação pudesse ser exercido somente dessa forma. Segundo o teórico (2016), a relação de poder insere o dominador e o dominado em seus “circuitos”. Portanto, os monumentos históricos foram utilizados como peças fundamentais para estabelecer o poder por meio do racismo. Assim, as manifestações exercem um papel primordial ao trazer de volta as histórias por trás das estátuas para que sejam por fim questionadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABC - Australian Broadcasting Corporation. **Rudd calls for end to ‘history wars’**. Disponível <http://www.abc.net.au/news/2009-08-27/rudd-calls-for-end-to-history-wars/1408032>. Acesso em 19 de novembro de 2017.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Bauman defende a literatura como forma de compreensão da condição humana e ataca os "muros da academia" e a alienação dos intelectuais**. Folha de São Paulo, 22/05/2003. Entrevista concedida a Maria Lúcia Garcia Pallares-Burke. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs1910200305.htm>>. Acesso em 19 novembro. 2017.

BIVAR MARQUESE, Rafael. **A Guerra Civil dos Estados Unidos e a crise da escravidão no Brasil**. 2014. Disponível em: http://www.iri.usp.br/documentos/paper_rafael_marquese.pdf. Acesso em: 3 de setembro de 2017.

DEUTSCHE WELLE. **1863: Estados Unidos abolem a escravidão**. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-br/1863-estados-unidos-abolem-a-escravid%C3%A3o/a-372001>. Acesso em 3 de setembro de 2017.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016.

NASCIMENTO DA SILVA, Wesley. **Estados Unidos (1865-1917): De nação dividida a potência imperial continental**. 2014. Disponível em:

https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_pdf_1.pdf. Acesso em: 3 de setembro de 2017.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. [Editorial]. Revista Estudos Históricos, v.2, n.3, p. 3-15, 1989.

THE GUARDIAN. **Statues are not the issue. These are ‘history wars’, a battle over the past**. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/aug/26/statues-were-not-erected-to-teach-us-history-but-to-exert-power>. Acesso em 3 de setembro de 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.